

DISCURSOS E MEMÓRIA OFICIAL NA AMAZÔNIA DO SÉCULO XX

Camila do Socorro Aranha dos Reis

PPGARTES – UERJ

Email: cami.aranha@gmail.com

Resumo: Este artigo propõe reflexões acerca da memória oficial da Amazônia no século XX. Para tal, foram analisados argumentos de intelectuais brasileiros, como Euclides da Cunha e Alberto Rangel, que influenciaram publicações na revista Cultura Política durante o Estado Novo no Brasil (1940-1941). A partir disso, objetiva-se compreender o papel do Estado na formação da memória oficial da região. Evidencia-se, por consequência, a hegemonia dos discursos oficiais em detrimento da memória dos povos locais.

Palavras-chave: Discursos. Memória oficial. Estado Novo. Amazônia.

Abstract: This article proposes reflections (considerations/thoughts) about the official memory of Amazonia in the twentieth century. To this end were analyzed arguments of Brazilian intellectuals, such as Euclides da Cunha and Alberto Rangel, that influenced publications in the Cultura Política magazine during the period of Estado Novo in Brazil ("The New State", 1940-1941). From this, it is aimed to understand the role of the Brazilian state in the official memory of the region. As a consequence it is evidenced the hegemony of the official speech to the detriment of the memory of local people.

Keywords: Speeches. Official memory. Brazilian New State. Amazonia.

INTRODUÇÃO

Em extensão territorial, a Amazônia é composta por oito países (Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana e Guiana Francesa, Peru, Suriname, Venezuela), países que têm em comum o rio e a floresta tropical, compondo assim uma “nação das águas” – termo utilizado por Ana Pizarro para designar o território que se desdobra “em uma infinidade de furos, igarapés, lagoas, afluentes, tributários, numa geografia de águas, que quando não invade tudo, se faz pressentir a sua volta, em sua permanência, em seu ritmo” (PIZARRO, 2012, p. 18).

Os primeiros relatos e estudos sobre a região amazônica datam o século XVI, elaborados em sua maioria durante as viagens de navegação. Essas crônicas retratavam paisagens e os costumes de indígenas por meio de um olhar colonizador, naturalistas portugueses e espanhóis, que narravam as aventuras e desventuras ocorridas ao longo de grandes rios (SOUZA, 2015). “*O que havia sido construído em pouco menos de 10.000 anos foi aniquilado em menos de 100 anos, soterrado em pouco mais de 250 e negado em quase meio milênio de terror e morte*” (SOUZA, 2015, p. 37, grifo nosso).

Apesar de ter sido umas das primeiras regiões a se modernizar durante o período da borracha no Brasil (1879 – 1912), até início do século XX a Amazônia não tinha grande visibilidade nos estudos culturais, apesar dos avanços nos estudos científicos, prevalecendo por isso somente o discurso do dominador. De acordo com Pizarro (2012), a Amazônia tal como vista hoje surge de um processo de construção simbólica a partir da primeira metade do século XX, momento em que se inicia os projetos de integração nacional e modernização. Considera-se o período do Estado Novo (1937-1945) um marco importante na construção da memória oficial da região e reformação dos discursos oficiais.

De acordo com o historiador Rômulo de Andrade (2010), dois fatores contribuíram para o aumento de produção bibliográfica sobre a Amazônia: nos primeiros anos da década de 1940 foi criado o programa governamental “Marcha para Oeste”, que visava reintegrar as regiões afastadas do poder central, centro-oeste e norte, ao território nacional. A viagem de Getúlio Vargas à Amazônia em 1940 foi outro fator, pois o então presidente articulou o chamado “Discurso do rio Amazonas”, “amplamente divulgado pela propaganda governamental como a nova ‘descoberta’ da região” (ANDRADE, 2010, p. 454).

Constrói-se por meio da prática discursiva a memória oficial da Amazônia, considerando que “todo discurso é ideológico, na medida em que não é inocente” (PIZARRO, 2012, p. 30). Por memória oficial entende-se o conceito desenvolvido por Michael Pollack (1989). A invisibilidade da memória coletiva dos povos originários e seus descendentes, evidencia a hegemonia dos discursos externos à região amazônica, o que configurou a memória oficial propagada pelo poder nacional.

Este artigo irá traçar um breve panorama de intelectuais de referência do início do século XX, com o objetivo de analisar a influência da literatura dos mesmos na consolidação da memória oficial propagada pelo Estado Novo. Supondo a hipótese de que esses textos contribuíram para a hegemonia da memória oficial em detrimento e subjugação da memória dos povos nativos e mestiços da região. Justifica-se, deste modo, a relevância de uma retrospectiva histórica visa contribuir para o avanço dos estudos de memória social no Brasil, e em especial sobre a Amazônia, ao ressaltar a memória como instrumento de dominação. Para tal, os autores como Ana Pizarro (2012), Marcio Souza (2015) e Rômulo de Paula Andrade (2010) contribuem para uma retrospectiva histórica sobre o tema; Michael Pollack (1986) fundamenta a reflexão sobre memória oficial.

2 DISCURSOS OFICIAIS SOBRE A AMAZÔNIA

Durante o firmamento da colonização portuguesa, o território brasileiro fora visto como um paraíso natural cuja missão no planeta seria servir aos interesses dos colonizadores, fundamentado na teologia cristão/católico, o que se tornou estratégico para garantir o domínio sobre o território. A colonização da Amazônia acontece nessa mesma perspectiva, com a exploração de recursos naturais vistos como infindáveis, e se firma no imaginário construído pelos europeus como a “terra de ninguém”.

A Amazônia fora entendida até meados da primeira metade do século XX “como um meio hostil à civilização, de ocupação recente, demograficamente rarefeito, sociologicamente rudimentar e culturalmente tributário de áreas mais avançadas” (CASTRO, 2013, p. 321). Essa perspectiva foi reforçada pelos discursos escritos por intelectuais durante o Estado Novo, período conhecido pelo autoritarismo e centralidade política da era Vargas; que também foram publicados na revista “Cultura Política” entre os anos de 1940-1941.

De acordo com Rômulo Andrade (2010), os relatos de Euclides da Cunha, Alberto Rangel e Alfredo Ladislau foram essenciais para a consolidação de um ideário oficial que reforçava a ideia de floresta selvagem, de clima hostil e região abandonada, que deveria ser conquistada pelo governo brasileiro. Segundo essas concepções, o clima tropical possibilitou condições favoráveis para a proliferação de epidemias como a malária, assim, o índio e o caboclo passam a ser refutados ao serem considerados culpados pelo “comodismo”, no combate às epidemias e adaptação ao meio, baseado na assertiva de não terem se “desenvolvido” o suficiente para o combater as pragas, as quais dizimaram milhares de pessoas.

Essa visão do homem *versus* natureza permeia todo pensamento social sobre o território amazônico, compondo um dos discursos oficiais, firmado principalmente pelos escritos de Euclides da Cunha. Em uma das viagens feita ao rio Purus, localizado no Estado do Acre, Cunha afirma que a subsistência nômade condenaria as comunidades ao não desenvolvimento do potencial territorial, por isso a região deveria ser incluída ao desenvolvimento do país (ANDRADE, 2010).

Outro discurso surge a partir disso, também formulado por Euclides da Cunha, em conformidade com o pensamento do darwinismo social, que afirma que as dificuldades presentes na região selecionariam as pessoas mais aptas à

sobrevivência ao clima, mais capacitadas a domesticar a floresta vista como selvagem: “A inteligência humana não suportaria, de improviso, o peso daquela realidade portentosa. Terá de crescer com ela, adaptando-se-lhe, para dominá-la” (CUNHA, 2000, p. 344).

A publicação de textos influenciados por esses intelectuais na revista *Cultura Política* torna-se estratégica na medida em que esses intelectuais servem como agentes culturais responsáveis pela estruturação da nova ordem brasileira. Desse modo, Alberto Rangel e Alfredo Ladislau afinavam-se ao pensamento precursor de Euclides da Cunha, contribuindo para justificar a iniciativa de retomada dessas localidades ao plano de integração nacional.

Os referidos escritores tratavam em suas obras da questão da natureza, vista ora endêmica ora apocalíptica. Na obra de Rangel, em especial o livro de contos *Inferno verde*, o protagonista é um engenheiro do sul do país, que ao vir para a floresta amazônica não resiste às condições naturais do lugar. Para Andrade (2010), os nativos foram retratados como pessoas que resistem, sobrevivem, na força e fraqueza do homem. Atenta-se que a floresta é chamada de inferno verde, sendo culpada por não favorecer a sobrevivência dos forasteiros.

Se a cada conto o intento artístico e literário atingia aquela singularidade quase inexprimível de uma natureza opressora, a perspectiva de conjunto do livro, com a junção dos diferentes quadros, não fornecia uma visão convincente da complexidade da paisagem regional. (...) No detalhe e em cada conto de *Inferno verde* o ambiente hostil da natureza amazônica apresenta-se em permanente atuação sufocante sobre a vida das personagens; já no seu conjunto, no entanto, tal percepção desvanece-se. (Paiva, 2011, p. 338)

Segundo Andrade (2010), na obra *Terra Imatura* de Alfredo Ladislau, uma figura importante surge diferenciada das outras: o nordestino. No final do século XIX, ocorre uma grande seca no Nordeste, marco da forte imigração de nordestinos para o norte do Brasil, atraídos pela exploração da borracha. Para Ladislau, o nordestino era visto com uma “raça forte”, portanto, era o povo que deveria habitar as terras amazônicas.

3 MEMÓRIA OFICIAL DA AMAZÔNIA

A Amazônia é fortemente marcada pela presença de rios, que conduzem a maioria das rotas de viagens. As narrativas dos povos da Amazônia são discursos dos rios, no sentido figurado, já que água é a principal fonte de sobrevivência, dando não somente meio de subsistência, mas também sendo o principal meio de locomoção – cenário de muitas histórias. A ocupação da Amazônia aconteceu no fluxo desses rios, logo as memórias sociais percorreram estas margens.

Os inúmeros conflitos sociais ocorridos na Amazônia desde o primeiro contato com os portugueses nunca estiveram isolados da disputa de memória, ocasionada pela tensão entre a memória oficial e memória das populações que já habitavam o território conquistado. Em razão de a memória oficial ser formada por uma unidade nacional seletiva, por consequência, excludente, que se formou no caso do Brasil pelo colonizador e posteriormente pelo Estado brasileiro.

A princípio, a construção da memória oficial prevaleceu sobre as memórias dos povos originários particularmente por causa da escrita, uma vez que as muitas línguas indígenas foram extintas nas batalhas travadas entre índios e portugueses, portanto, as memórias desses povos morrem junto com as populações exterminadas.

A imensa dificuldade para reconstruir o passado dos povos da Amazônia não significa que se trata de uma terra onde a história foi inaugurada com a chegada dos europeus. Do ponto de vista epistemológico, as dificuldades da historiografia amazônica são exatamente iguais às de quaisquer outras aéreas do planeta, mas o forte tropismo da historiografia ocidental e suas regras centradas no documento escrito só recentemente passaram a ser contestados, permitindo que um conjunto soterrado de material pudesse ser apreciado como fonte primária. (SOUZA, 2001, p. 25).

A invisibilização da memória, das narrativas e dos discursos originariamente amazônico na memória nacional ocupa uma dimensão política em relação à disputa de memória. Isto quer dizer, por exemplo, que no caso da Amazônia, a formação de uma memória oficial reafirmaria as ações políticas do governo no território, ao mesmo tempo em que reforça o imaginário de “lugar vazio” elaborado para a região. No que tange os conflitos sociais na Amazônia, é recorrente um discurso cada vez mais “genérico e abstrato pautado em um suposto benefício público ou bem

comum”, que visa “deslegitimar discurso de grupos sociais que se opõem às políticas oficiais de desenvolvimento” (HERNANDEZ; MAGALHÃES, 2011, p. 296).

Os discursos elaborados pelos intelectuais mencionados convergem para o mesmo ponto, ou para o que Andrade (2010) chama de “destino histórico”, que seria reintegrar a Amazônia aos poderes centrais do Estado Novo, uma vez que seria a única maneira do homem dominar a natureza selvagem. Assim, o programa “Marcha para Oeste”, que além de integrar as regiões por meio da construção de estradas, ferrovias, incentivo a imigração e exploração do território, também tinha “o sonho de completar os vazios do território e preencher as lacunas da nacionalidade” (OLIVEIRA, 19??).

Direta e indiretamente, essas obras contribuíram para a formação da memória oficial da Amazônia, propagada pelo governo Vargas. Considerando que Pollack (1989, p. 7) ressalta que “o problema de toda memória oficial é o de sua credibilidade, de sua aceitação e também de sua organização”, por essa via, os discursos políticos compõem “um fundo comum de referências que possam constituir uma memória nacional” (POLLAK, 1989). Por consequência, todos esses discursos contribuíram para a invisibilidade da memória dos povos locais, ou como diria Pollack invisibilidade da “memória subterrânea”.

4 CONSIDERAÇÕES

Nos últimos anos, em especial depois de 1950, a memória oficial se consolidou junto com os projetos de modernização da Amazônia, no caso, tornou-se parte da memória do desenvolvimento econômico do país. Principalmente depois da ditadura militar, a região Norte enfrentou os impactos sociais e ambientais por ter sido considerada a solução para todos os problemas geopolíticos do Brasil.

Os planos de desenvolvimento econômico elaborados no sul do país reafirmaram o imaginário de lugar vazio e ignoraram o papel que as populações amazônicas nesse processo. Alguns outros planos poderiam ter sido citados neste artigo, mas devido a pretensão de apresentar os discursos oficiais que corroboraram com a formação da memória oficial para a Amazônia, fechou-se somente na Marcha para o Oeste, dada relevância para a discussão.

Conclui-se, portanto, que não mudou muito o pensamento construído sobre a Amazônia a partir dos primeiros contatos com os portugueses, mas sim um aprimoramento desse pensamento e refinando durante o Estado Novo a partir de intelectuais do início do século XX. A execução dos chamados grandes projetos de desenvolvimento são realizadas até hoje baseados na memória oficial aqui apresentada, mesmo depois de mais de meio século após a era Vargas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Rômulo de Paula. “Conquistar a terra, dominar a água, sujeitar a floresta”: Getúlio Vargas e a revista “Cultura Política” redescobrem a Amazônia (1940-1941). **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum.**, Belém, v. 5, n. 2, p. 453-468, mai./ago., 2010.

ARBEX JUNIOR, José. “Terra sem povo”, crime sem castigo: pouco ou nada sabemos de concreto sobre a Amazônia. In: TORRES, M. (orgs). **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. Brasília: CNPq, 2005.

CUNHA, Euclides da. **Um paraíso perdido: reunião de ensaios amazônicos**. (Coleção Brasil 500 anos). Brasília: Senado Federal; Conselho Editorial, 2000.

HERNANDEZ, Francisco Del Moral; MAGALHÃES, Sônia Barbosa. Ciência, cientistas, democracia desfigurada, licenciamento ambiental sob constrangimento: o caso Belo Monte. In: ZHOURI, Andréa (orgs). **As tensões do lugar: hidrelétricas, sujeitos e licenciamento ambiental**. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **A conquista para Oeste**. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas / CPDOC. Disponível em <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/ConquistaOeste>> Acessa em: ago. 2015.

PAIVA, Marco Aurélio Coelho de. O sertão amazônico: o inferno de Alberto Rangel. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, n. 26, jan/abr. 2011, p. 332-362.

PIZARRO, Ana. **Amazônia: as vozes do rio: imaginário e modernização**. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n.3, 1989. Disponível em <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf> Acesso em: Jun. 2015.

SOUZA, Márcio. **Amazônia indígena**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

_____. **Breve história da Amazônia: a incrível história de uma região ameaçada contada com o apaixonado conhecimento de causa de um nativo**. 2 ed. São Paulo: Agir, 2001.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. **A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia**. 5 Ed. São Paulo: Cosac Naify, 2013.